A lógica de atuação dos Estados Unidos na América do Sul no segundo governo Trump e os possíveis impactos para a Estratégia de Defesa do Brasil

The Logic of U.S. Engagement in South America during the second Trump administration and the possible implications for Brazil's Defense Strategy

La lógica de actuación de Estados Unidos en América del Sur durante el segundo gobierno de Trump y sus posibles implicaciones para la estrategia de defensa de Brasil

La logique d'action des États-Unis en Amérique du Sud sous la seconde administration Trump et ses implications potentielles pour la stratégie de défense du Brésil

Data da submissão: 29 de setembro de 2026 **Data da aprovação:** 17 de novembro de 2026

Bruna Rohr Reisdoerfer[*]
Mariana Canuto Gontijo[**]
Giovana Montenegro Cruz[***]
Maria Fernanda Ramos[****]

Resumo

A pesquisa analisa os possíveis impactos da lógica de atuação dos Estados Unidos na América do Sul, no período de janeiro de 2025 a junho de 2026, sobre a Estratégia de Defesa do Brasil de Fortalecimento do Poder Nacional (ED-1). O artigo identifica e classifica as principais ações estadunidenses na região para, posteriormente, detectar os seus possíveis impactos sobre o Brasil. Através da utilização de métodos qualitativos (revisão bibliográfica, análise de documentos brasileiros e estadunidenses e levantamento de fontes secundárias), propõem-se uma tipologia inicial de três dimensões analíticas – econômica, político-diplomática e securitária – e um índice qualitativo de coerção para argumentar que a atuação estadunidense se dá de forma multidimensional e não linear, pois se baseia numa lógica de coerção (incentivo

[*] Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e cocoordenadora do Grupo de Pesquisa em Segurança Internacional da Universidade IDP (SEGINT IDP). Analista de Ciência e Tecnologia no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

[**] Mestranda em Relações Internacionais e Ciências Políticas pela Univerdade IDP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Segurança Internacional da Universidade IDP (SEGINT IDP) e estagiária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT).

[***] Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade IDP. Graduanda em Direito pela Universidade IDP e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Segurança Internacional da Universidade IDP (SEGINT IDP).

[****] Graduanda em Relações Internacionais e Direito pela Universidade IDP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Segurança Internacional da Universidade IDP (SEGINT IDP).

aos alinhados e ameaça aos não alinhados), visando à garantia de acesso a recursos materiais e à contenção de competidores extrarregionais. Os resultados indicam uma revalorização estratégica da América do Sul para os Estados Unidos diante da intensificação da competição entre Grandes Potências. Para a ED-1 do Brasil, essa pressão estrutural pode restringir o acesso a recursos materiais de poder e, assim, impactar o desenvolvimento de capacidades autônomas e a diversificação de parcerias.

Palavras-chave: competição estratégica global; segundo governo Trump; América do Sul; defesa nacional; Brasil.

Abstract

This study analyzes the possible impacts of the United States' operational logic in South America, from January 2025 to June 2026, on Brazil's Defense Strategy for Strengthening National Power (ED-1). The article identifies and classifies the main U.S. actions in the region in order to subsequently detect their possible impacts on Brazil. Using qualitative methods (literature review, analysis of Brazilian and U.S. documents, and a survey of secondary sources), it proposes an initial typology with three analytical dimensions (economic, political-diplomatic, and security-related) and a qualitative coercion index to argue that U.S. engagement is multidimensional and non-linear, as it is grounded in a logic of coercion (incentives for aligned states and threats toward non-aligned ones), aimed at securing access to material resources and containing extra-regional competitors. The results indicate a strategic reappraisal of South America by the United States in light of the intensification of Great Power competition. For Brazil's ED-1, this structural pressure may restrict access to material sources of power and thus affect the development of autonomous capabilities and the diversification of partnerships.

Keywords: global strategic competition; second Trump administration; South America; national defense; Brazil.

Resumen

La investigación analiza los posibles efectos de la lógica de actuación de Estados Unidos en América del Sur, entre enero de 2025 y junio de 2026, sobre la Estrategia de Defensa de Brasil de Fortalecimiento del Poder Nacional (ED-1). El artículo identifica y clasifica las principales acciones estadounidenses en la región para, posteriormente, examinar sus posibles repercusiones sobre Brasil. Mediante métodos cualitativos —revisión bibliográfica, análisis de documentos brasileños y estadounidenses y recopilación de fuentes secundarias—, se propone una tipología inicial que comprende tres dimensiones analíticas —económica, político-diplomática y de seguridad—, así como un índice cualitativo de coerción. Con estas herramientas, se sostiene que la actuación estadounidense es multidimensional y no lineal, pues responde a una lógica de coerción —incentivos para los países alineados y amenazas para los no alineados— orientada a garantizar el acceso a recursos materiales y contener a competidores extrarregionales. Los resultados indican una revalorización estratégica de América del Sur para Estados Unidos ante la intensificación de la competencia entre grandes potencias. En lo que respecta a la ED-1 de Brasil, esta presión estructural puede restringir el acceso a recursos

materiales de poder y, por consiguiente, afectar el desarrollo de capacidades autónomas y la diversificación de las alianzas de cooperación.

Palabras clave: competencia estratégica global; segundo gobierno de Trump; América del Sur; defensa nacional; Brasil.

Résumé

Cette recherche analyse les effets potentiels de la logique d'action des États-Unis en Amérique du Sud, de janvier 2025 à juin 2026, sur la stratégie de défense du Brésil relative au renforcement de la puissance nationale (ED-1). L'article recense et classe les principales actions américaines dans la région afin d'en examiner ensuite les répercussions possibles sur le Brésil. À partir de méthodes qualitatives — revue de la littérature, analyse de documents brésiliens et américains et collecte de sources secondaires —, il propose une première typologie comprenant trois dimensions analytiques — économique, politico-diplomatique et sécuritaire — ainsi qu'un indice qualitatif de coercition. Ces outils permettent de soutenir que l'action américaine est multidimensionnelle et non linéaire, car elle repose sur une logique de coercition — incitations à l'égard des pays alignés et menaces à l'encontre des pays non alignés — visant à garantir l'accès aux ressources matérielles et à contenir les concurrents extrarégionaux. Les résultats mettent en évidence un regain d'importance stratégique de l'Amérique du Sud pour les États-Unis dans un contexte d'intensification de la compétition entre grandes puissances. S'agissant de l'ED-1 du Brésil, cette pression structurelle peut restreindre l'accès aux ressources matérielles constitutives de la puissance et, par conséquent, affecter le développement de capacités autonomes et la diversification des partenariats.

Mots-clés : compétition stratégique mondiale ; seconde administration Trump ; Amérique du Sud ; défense nationale ; Brésil.

1 INTRODUÇÃO

A governança internacional consolidada no pós-Guerra Fria encontra-se em processo de transformação, marcada pelo aumento do unilateralismo e pela intensificação da rivalidade internacional (US, 2026d; Buzan, 2024; Glaser, 2024). Sob a ótica das teorias realistas, as Grandes Potências estão sempre buscando responder aos constrangimentos estruturais da necessidade de autoajuda através da construção de capacidades nacionais (balanceamento interno) e/ou de alinhamentos (balanceamento externo) (Walt, 1987; Wilkins, 2012). Em 2026, essa orientação foi oficialmente declarada pelos Estados Unidos (US, 2026d).

Com o segundo governo Trump, os Estados Unidos adotaram uma postura coercitiva sobre o "Hemisfério Ocidental", denominação de Washington para o continente americano (US, 2025c). Retomando a Doutrina Monroe, que no século XIX rejeitava a intervenção europeia na

região, o país a atualizou diante da competição com China e Rússia, tratando o hemisfério como espaço de interesse vital, a ser resguardado de potências extrarregionais e mantido como fonte de recursos naturais estratégicos (US, 2025c; US, 2026d).

Assim, a América do Sul destaca-se por sua posição geográfica, disponibilidade de recursos, profundidade territorial e, no caso brasileiro, pelo potencial de articulação regional, elementos relevantes para a visão geopolítica estadunidense (US, 2025c; Mearsheimer; Walt, 2016). Essa postura traz implicações diretas para a segurança regional, pois pode limitar a autonomia dos países sul-americanos na condução de suas políticas e estratégias de defesa (Herz, 2010). Conforme será demonstrado, no período selecionado (janeiro de 2025 a junho de 2026), a atuação estadunidense na região envolveu iniciativas nos campos econômico, político-diplomático e securitário. Considerando esse cenário e o interesse nos seus possíveis reflexos sobre a Estratégia de Defesa do Brasil, a pesquisa parte da seguinte problemática: qual é a lógica de atuação dos Estados Unidos na América do Sul, entre janeiro de 2025 e junho de 2026? Quais são as suas possíveis implicações para a Estratégia de Defesa nº 1 (ED-1) do Brasil, de Fortalecimento do Poder Nacional?

Parte-se da hipótese de que, em um contexto de competição estratégica global, as ações dos Estados Unidos na América do Sul visam garantir seu acesso a recursos de poder e dissuadir a presença de potências extrarregionais, especialmente a China. Isso se dá por meio de uma atuação coercitiva baseada na lógica de incentivo aos países alinhados e ameaça aos não alinhados, operando de forma não linear e multidimensional nas esferas econômica, político-diplomática e securitária. Para a ED-1, essas ações podem limitar sua implementação, ao restringir a autonomia brasileira no acesso a recursos materiais de poder e no desenvolvimento de capacidades nacionais, uma vez que o Brasil depende de suas relações internacionais para obter os recursos necessários à conversão de seu poder latente em poder efetivo.

A análise desses possíveis impactos é relevante porque o Brasil considera a ED-1 essencial para o alcance dos Objetivos de Defesa nº 1 e nº 8: ‘garantir a soberania, o Patrimônio Nacional, a integridade e a inviolabilidade territorial’; e ‘contribuir para a projeção do país no cenário internacional e sua inserção em processos decisórios internacionais’ (Brasil, 2025a). Restrições significativas à implementação da ED-1 podem aumentar a vulnerabilidade defensiva brasileira e exigir a reformulação da estratégia ou a adoção de medidas para mitigar os impactos identificados.

Para investigar a problemática identificada, a pesquisa tem como objetivos: i) realizar uma sistematização inicial das principais ações dos Estados Unidos na América do Sul durante

o segundo governo Trump (janeiro de 2025 a junho de 2026) e ii) analisar a origem, interna ou externa, dos recursos materiais que compõem o Poder Nacional brasileiro. Isso porque o acesso autônomo a esses recursos (necessários para que os países respondam militarmente a eventuais ameaças) indica sua propensão ou necessidade de alinhamento externo e, consequentemente, sua vulnerabilidade aos constrangimentos da estrutura internacional (Dyson, 2010; Taliaferro, 2006; Walt, 1987). É esse espaço que possibilita a lógica de atuação estadunidense se efetivar.

O trabalho adota uma orientação analítica realista neoclássica. Ou seja, entende-se que há precedência causal da estrutura do Sistema Internacional nas ações estatais, mas é incorporada na análise a variável nacional 'recursos materiais de poder', permitindo verificar como os estímulos sistêmicos são mediados por condições domésticas (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016). Isso porque entende-se que uma análise restrita ao nível nacional, aplicada a um Estado que não ocupa posição de polo no Sistema Internacional, deixa de captar as limitações externas que condicionam sua margem de ação internacional.

Convém ressaltar que a análise da capacidade do Estado brasileiro de, uma vez tendo disponíveis os recursos materiais de poder, efetivamente utilizá-los para o Fortalecimento do Poder Nacional (ED-1) não integra o escopo deste trabalho. Essa investigação exigiria uma abordagem concentrada no nível de análise nacional. O foco desta pesquisa recai sobre a relação causal entre os níveis nacional e internacional.

Como instrumento de análise da pesquisa aqui proposta, propõe-se a construção de uma tipologia inicial e de um índice qualitativo de coerção. Não há, na literatura realista, uma definição única de coerção. Neste trabalho, entende-se a coerção como a aplicação ou a ameaça de aplicação limitada de custos por um Estado para influenciar o comportamento de outro: seja para impedir (dissuasão), para induzir ou para reverter ações (compulsão) (Schelling, 1960). Essa concepção fundamenta-se na perspectiva realista relacional de poder, entendido como a capacidade de levar outro ator a agir de maneira diferente daquela que adotaria espontaneamente (Dahl, 1957). A coerção pode operar nas dimensões securitária, econômica e político-diplomática, por meio de assimetrias nas relações econômicas e de pressões sobre o acesso a apoio, reconhecimento e participação em arranjos regionais (Baldwin, 1985; Art; Cronin, 2003).

A tipologia organiza as ações estadunidenses em três dimensões: econômica, político-diplomática e securitária, permitindo identificar os instrumentos mobilizados por Washington e a lógica estratégica de sua atuação regional. Já o índice de coerção busca identificar o tratamento diferenciado conferido a Estados alinhados e não alinhados. Os critérios de seleção

das ações são apresentados na seção 2.2, enquanto os fundamentos teóricos e os critérios de construção do índice de coerção são detalhados na seção 2.3.

A pesquisa não pretende esgotar o levantamento das ações dos Estados Unidos na América do Sul durante o período delimitado nem analisar todos os seus desdobramentos. Seu objetivo é anterior: identificar a lógica que orienta essas iniciativas, concentrando-se na investigação de suas causas, e não na mensuração de suas consequências. Busca-se, assim, oferecer subsídios iniciais para a compreensão da conjuntura e para futuros estudos e processos decisórios no campo da defesa brasileira. Com métodos qualitativos, incluindo revisão bibliográfica, análise de documentos brasileiros e estadunidenses e levantamento de fontes secundárias, a contribuição do trabalho é dupla: analítica e metodológica, ao propor uma tipologia de identificação e classificação e um índice qualitativo de mensuração das ações estadunidenses.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em duas seções. A primeira apresenta os fundamentos políticos declarados por Washington e sistematiza suas ações na região por meio da tipologia e do índice de coerção propostos. A segunda examina os objetivos de defesa do Brasil e seus recursos materiais de poder, a fim de identificar possíveis vulnerabilidades diante das pressões do Sistema Internacional para a implementação da ED-1.

2 A PRESENÇA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA DO SUL NO SEGUNDO GOVERNO TRUMP

A postura declarada do segundo governo de Donald Trump evidencia o deslocamento da atuação estadunidense das organizações internacionais para as relações interestatais através de uma orientação unilateral e coercitiva (Ward; Volcovici, 2026). Conforme será demonstrado, argumenta-se que essa postura é observada por meio de constantes reafirmações de poder sobre o Hemisfério Ocidental, adotando uma lógica de incentivo ou ameaça, por meio do uso de instrumentos econômicos, político-diplomáticos e militares.

2.1 A SEGURANÇA HEMISFÉRICA NA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL: DOUTRINA (D)~~M~~ONROE E A AMÉRICA PARA OS ESTADUNIDENSES?

Na Estratégia de Segurança Nacional de 2025, os Estados Unidos retiram a Europa da seção intitulada “Hemisfério Ocidental” e afirmam reativar a Doutrina Monroe para a região. Embora o documento não detalhe o significado da doutrina nem mencione países específicos,

a referência ao princípio "América para os americanos" permite identificar as Américas como o espaço abrangido pelo conceito. A centralidade atribuída à região não é apenas retórica, mas estrutural na própria organização dos documentos estadunidenses, demonstrando que a reafirmação do hemisfério como esfera de influência não é um acento pontual, mas uma diretriz deliberada da estratégia do governo. O documento trata o hemisfério como a primeira de suas regiões prioritárias – antes da Ásia, da Europa, do Oriente Médio e da África –, fórmula esta que a Estratégia de Defesa Nacional reproduz de modo idêntico (United States, 2025c; 2026d). Ambos os documentos destacam os objetivos de garantir acesso a recursos materiais e conter a presença de potências extrarregionais, como meio de garantir a preponderância estadunidense na região (United States, 2025c, p. 17).

Ambos os documentos referenciam explicitamente a Doutrina Monroe (1823), que buscava afirmar a liderança dos Estados Unidos no continente americano e dissuadir a ingerência de potências extrarregionais (US, 2025c). No segundo governo Trump, a doutrina é revista sob o argumento de que potências estrangeiras teriam consolidado capacidades que ameaçam a prosperidade, a estabilidade e o acesso do país a recursos materiais, o que justificaria ações no próprio continente (US, 2025c; US, 2026d). Essa inflexão, mais ofensiva e unilateral que a versão original, é chamada por alguns analistas de Doutrina "Donroe" ou Corolário Trump (Uchoa, 2026).

Nessa lógica, os Estados sul-americanos são tratados de forma hierarquizada: o alinhamento é recompensado, enquanto a resistência pode ser penalizada. A Estratégia de Segurança Nacional prevê incentivos a governos, partidos e movimentos alinhados aos princípios estadunidenses, condicionando auxílios à redução da influência de atores externos adversários (US, 2025c, p. 17). A Estratégia de Defesa Nacional reitera essa orientação ao considerar os incentivos parte essencial da política de alianças e prever "ação decisiva" quando os parceiros não cumprem suas obrigações (United States, 2026d).

Os dois documentos evidenciam oficialmente a articulação de instrumentos de poder em três dimensões. A econômica envolve a busca por recursos e infraestruturas estratégicas, além do uso de instrumentos comerciais e financeiros para proteger interesses estadunidenses e restringir a presença de potências rivais, especialmente a China. A político-diplomática abrange a construção de alinhamentos seletivos, baseada na reciprocidade e no compartilhamento de encargos (*burden-sharing*), por meio de incentivos à cooperação e pressões sobre governos resistentes às diretrizes de Washington. Já a securitária compreende a projeção de poder militar, a cooperação em segurança e as operações contra ameaças classificadas como narcoterroristas,

inclusive além das fronteiras nacionais, com possíveis implicações para a soberania dos países da região (United States, 2025c, p. 17; 2026d).

> Os termos das nossas alianças, bem como as condições em que concedemos qualquer tipo de ajuda, devem depender da redução da influência adversária externa – desde o controle de instalações militares, portos e infraestruturas essenciais até à aquisição de ativos estratégicos, em sentido amplo (United States, 2025c, p.17, tradução nossa)[1].

As três dimensões detectadas compõem a tipologia proposta, pois, sob uma visão realista neoclássica, elas são consideradas fundamentais para a compreensão dos recursos de poder dos Estados e, consequentemente, para as suas percepções de ameaças (Walt, 1987). Ou seja, elas cumprem bem a função de simplificação e generalização analítica, agrupando adequadamente as esferas de poder relevantes para esta análise. Essa tipologia orienta a organização das ações analisadas na seção seguinte e permite examinar empiricamente como Washington exerce coerção por meio de incentivos aos alinhados e ameaças aos não alinhados.

2.2 DIMENSÕES ECONÔMICA, POLÍTICO-DIPLOMÁTICA E SECURITÁRIA: AS AÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA DO SUL (JAN. 2025–JUN. 2026)

Estabelecidos os fundamentos político-estratégicos na seção anterior, esta seção apresenta as ações dos Estados Unidos realizadas entre janeiro de 2025 e junho de 2026, organizadas nas três dimensões de poder identificadas: econômica, político-diplomática e securitária.

A seleção não pretende contemplar todas as ações estadunidenses na América do Sul no período delimitado. Foram adotados três critérios de seleção: (i) relevância para pelo menos uma das dimensões analisadas; (ii) ação com uso da coerção como instrumento de poder; e (iii) ação com diferentes países na região. A organização considera o instrumento predominante em cada iniciativa e argumenta que cada ação reflete um dos dois polos da lógica já identificada: o incentivo ao alinhamento ou a ameaça frente à resistência, e evidencia a coerção estadunidense sobre a região. Uma futura agenda de pesquisa requer que se aumente a amostragem das ações selecionadas, permitindo que se refine tanto a tipologia por dimensões quanto o índice de coerção apresentado na seção seguinte.

Na dimensão econômica, observa-se o uso de medidas coercitivas, principalmente por meio de sanções econômicas implementadas como mecanismo de pressão também para

[1] Do original em inglês: “The terms of our alliances, and the terms upon which we provide any kind of aid, must be contingent on winding down adversarial outside influence—from control of military installations, ports, and key infrastructure to the purchase of strategic assets broadly defined” (US, 2025c, p.17).

objetivos políticos. Adota-se a estratégia do protecionismo seletivo e de contenção direta de parceiros regionais, especialmente aqueles com elevado grau de interação econômica com a China. Entre fevereiro e agosto de 2025, o governo Trump impôs tarifas de 10% a 50% sobre importações sul-americanas, sob o argumento de proteger a indústria nacional e combater o déficit comercial. A possibilidade de alterar as alíquotas conforme a posição dos países em relação às exigências estadunidenses evidencia seu caráter coercitivo (Bastos; Leite, 2025).

No Brasil, Washington aplicou tarifas de até 50% e exerceu pressão diplomática para influenciar decisões do Judiciário e a postura do governo brasileiro em relação à China (Ricupero, 2025; Aguirre Ernst, 2026). Na Colômbia, divergências com o governo de Gustavo Petro sobre a política antidrogas e a recusa inicial ao uso de voos militares para deportação de cidadãos colombianos foram seguidas pela imposição de tarifas de 25%. A Colômbia respondeu com medidas tarifárias recíprocas. Embora os países tenham acordado suspender a escalada, Petro buscou diversificar as parcerias comerciais, movimento que gerou preocupação em Washington e afetou a confiança na cooperação bilateral contra o narcotráfico (Silva; Gomes; Reis, 2026). Por outro lado, em 2025, os Estados Unidos ofereceram apoio financeiro à Argentina (*swap* cambial e crédito financeiro) condicionado declaradamente à manutenção das políticas do governo atual, que votou com Washington em 82% das resoluções da Assembleia Geral da ONU (EUA..., 2025b; Debre, 2026). Embora materializado por instrumentos econômicos, o apoio é classificado na dimensão político-diplomática por buscar consolidar o alinhamento argentino e demonstrar os benefícios dessa aproximação aos demais países da região.

Ainda na dimensão econômica, destaca-se a aproximação com o Chile para ampliar a participação estadunidense nas cadeias de minerais críticos e terras raras. Em 12 de março de 2026, os países assinaram uma declaração conjunta para estabelecer consultas sobre o tema e, em 20 de abril, firmaram um Memorando de Entendimento. O documento prevê investimentos, intercâmbio de experiências e desenvolvimento de capacidades em exploração, extração e processamento mineral, sem estabelecer obrigações vinculantes ou direitos preferenciais aos Estados Unidos (Chile, 2026).

Na dimensão político-diplomática, destaca-se a tentativa de reorganização dos alinhamentos regionais. Em março de 2026, ocorreu o encontro ‘Escudo das Américas’, realizado somente com a presença de lideranças latino-americanas alinhadas às políticas de Trump (Argentina, Bolívia, Equador, El Salvador, Paraguai, Panamá e demais países), com a proposta de aprofundar a cooperação em segurança, especificamente no combate ao

narcotráfico (US, 2026c). A ausência de Brasil, México e Colômbia reflete divergências entre seus governos e Washington, sobretudo quanto à classificação de organizações criminosas como terroristas, medida que poderia abrir precedentes para intervenções unilaterais. A iniciativa encontra respaldo na Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos, que prevê a projeção de poder no exterior e a ampliação de operações contra ameaças classificadas como "narcoterroristas" (United States, 2026f). Assim, entende-se que o encontro sinaliza uma tentativa de redefinição do equilíbrio político regional, buscando contornar arranjos multilaterais já existentes (como, por exemplo, a Organização dos Estados Americanos – OEA) e privilegiando iniciativas protagonizadas pelos Estados Unidos (United States, 2026c).

Na dimensão securitária, concentram-se as manifestações mais diretas de poder adotadas pelo segundo governo Trump na América do Sul. A ampliação da presença militar na região, por meio de acordos como o firmado com o Paraguai em dezembro de 2025, que autoriza a entrada e circulação de tropas, equipamentos e pessoal, representa um avanço significativo na projeção de poder na região (United States, 2025a). Da mesma forma, a instalação de um escritório do FBI no Equador e a realização de operações militares conjuntas com o país indicam a crescente institucionalização da presença estadunidense na região.

Enquanto Paraguai e Equador ilustram a projeção de poder por meio do consentimento de governos alinhados, Venezuela e Brasil evidenciam o uso de ameaças sobre países não automaticamente alinhados. Desde o início do segundo governo Trump, Washington intensificou os esforços para enquadrar organizações criminosas sul-americanas como terroristas, associando o narcotráfico e o crime organizado transnacional a ameaças à segurança hemisférica (United States, 2025c).

Na Venezuela, a designação de estruturas vinculadas ao chamado "Cartel de los Soles" como organização terrorista foi utilizada como fundamento político para ampliar a pressão militar sobre o país, culminando em operações nas proximidades do território venezuelano e na captura do presidente Nicolás Maduro (United States, 2026e; Curtis, 2026). Após a operação, a então vice-presidente Delcy Rodríguez assumiu interinamente a presidência e o comando do Ministério do Petróleo. A reforma da Lei de Hidrocarbonetos revogou a nacionalização de 1976 e abriu o mercado petrolífero a empresas estrangeiras, enquanto parte do petróleo antes destinado a Cuba passou a ser direcionada aos Estados Unidos (Alonso, 2026). Washington garantiu, assim, acesso a uma fonte relevante de recursos energéticos. Nesse contexto, o enquadramento de organizações criminosas como terroristas funciona como instrumento

discursivo para justificar operações que ultrapassam fronteiras nacionais (United States, 2025c; 2026d).

No caso brasileiro, a atuação estadunidense combina diferentes dimensões e revela um padrão de pressão crescente. Além das negociações iniciadas em 2025 em torno das sanções econômicas impostas ao Brasil após a cúpula do BRICS (na qual o grupo se comprometeu a buscar alternativas ao padrão dólar), o Secretário de Estado Marco Rubio designou, em 28 de maio de 2026, com entrada em vigor em 5 de junho de 2026, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como Terroristas Globais Especialmente Designados (SDGTs) e anunciou a intenção de classificá-los como Organizações Terroristas Estrangeiras (FTOs) (United States, 2026b; 2026a). A administração Trump considera que a rede internacional de tráfico de drogas das duas organizações ameaça a segurança do Brasil, da América do Sul e dos próprios Estados Unidos (United States, 2026b). Essa justificativa reproduz elementos discursivos que antecederam a intervenção militar na Venezuela e reforça a lógica de ameaça direcionada a um país que não adota alinhamento automático, especialmente diante da posição brasileira em defesa da soberania nacional nesses assuntos (Peduzzi; Laboissière, 2026).

2.3 A TIPOLOGIA PROPOSTA E O ÍNDICE DE COERÇÃO DAS AÇÕES ESTADUNIDENSES

Após classificar as atuações estadunidenses nas dimensões de poder propostas e ordená-las em linha cronológica, foi possível iniciar a análise empírica sobre a tendência de atuação dos Estados Unidos ao longo do tempo. Percebe-se uma atuação não linear, indicando tendência de efetivação da lógica de incentivo e ameaça, pois, após ações de maior coerção, parecem ser necessárias ações de menor coerção. Para que fosse possível verificar essa tendência, construiu-se um índice de coerção como instrumento analítico inicial. Futuras pesquisas se focarão no aprimoramento desta ferramenta (especialmente nas mensurações de seus indicadores). A racionalidade por trás do índice é permitir identificar, em um processo de tomada de decisão, as possíveis ações dos Estados Unidos caso a decisão seja interpretada como uma medida que não garante a Washington acesso a recursos ou que permite o aumento da presença chinesa na região.

O índice é composto por dois indicadores: (i) o alinhamento do Estado-alvo, de modo que ações dirigidas a Estados alinhados tendem a ocupar níveis mais baixos e as dirigidas a não alinhados, níveis mais altos; e (ii) a reversibilidade da ação, segundo a qual quanto mais custoso,

política ou economicamente, for desfazer a medida, mais elevado é o nível. O primeiro indicador define se a ação se situa nas faixas superiores ou inferiores da escala, e o segundo determina sua posição exata.

Diante da ausência de consenso na literatura realista sobre o conceito de alinhamento, adota-se a distinção de Wilkins (2012) entre alianças (centradas na dimensão securitária e em compromissos formais) e alinhamentos, que abrangem diferentes dimensões de poder e podem ocorrer também por aproximações informais. Assim, alinhamento é entendido como o conjunto de expectativas e práticas de apoio mútuo, formais ou informais, entre Estados em diferentes setores. Como o objetivo deste trabalho não é analisar a política externa dos países sul-americanos, mas apenas identificar preliminarmente sua posição em relação aos Estados Unidos, adota-se uma classificação simplificada: alinhado ou não alinhado.

O indicador de reversibilidade fundamenta-se na lógica de compromisso e irrevogabilidade de Schelling (1960). Refere-se à capacidade do Estado coercitivo de suspender, retirar ou desfazer uma medida, considerando os custos de implementação e retirada, a permanência de seus efeitos e as dependências geradas no Estado-alvo. A reversibilidade é central para a coerção porque condiciona sua lógica de barganha. Medidas mais reversíveis permitem calibrar a pressão e encerrá-la mediante concessões; as menos reversíveis podem conferir maior credibilidade à ameaça, ao elevar o comprometimento do Estado coercitivo com o curso de ação adotado (Schelling, 1960). Os critérios utilizados na construção do índice estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios de classificação do índice qualitativo de coerção, por faixa (continua)

Faixa	Critérios de classificação
Baixo	Alinhamento: alinhado Reversibilidade da ação: custo baixo de implementação, efeitos que persistem por pouco tempo após a retirada e pouca criação de dependência no alvo. Ex.: entendimentos econômicos iniciais, sanções políticas. Começam a afetar as margens de manobra diplomáticas do alvo, mas não as restringem.
Médio	Alinhamento: alinhado Reversibilidade da ação: custo médio de implementação, efeitos que persistem por médio prazo após a retirada e criação de dependência média no alvo. Ex.: sanções econômicas tarifárias e não tarifárias (afetam simultaneamente comércio, orçamento de defesa e autonomia tecnológica), reorganização de

Faixa	Critérios de classificação
	alinhamentos (novas instituições ou presença securitária institucionalizada). Restringem a autonomia do alvo, sem necessariamente impactar a sua soberania.
Alto	Alinhamento: não alinhado Reversibilidade da ação: custo médio de implementação, efeitos que persistem por longo prazo após a retirada e criação de dependência alta no alvo. Ex.: sanções econômicas inesperadas e elevadas; alianças militares. Criam capacidade de intervenção futura e podem reduzir a soberania do alvo a longo prazo.
Máximo	Alinhamento: não alinhado Reversibilidade da ação: custo alto de implementação, efeitos que persistem por longo prazo após a retirada e criação de dependência alta no alvo. Ex.: intervenção militar direta. Violação da soberania estatal. Elimina completamente o espaço de barganha diplomática para o alvo e a capacidade de reversão.

Fonte: Elaboração própria com base em Wilkins (2012) e Schelling (1960).

Aplicou-se, então, no Quadro 2 abaixo, o índice às ações estadunidenses na América do Sul, organizadas pelas suas dimensões e ordem cronológica.

Quadro 2 – Classificação das ações dos Estados Unidos na América do Sul por dimensão, período e índice qualitativo (continua)

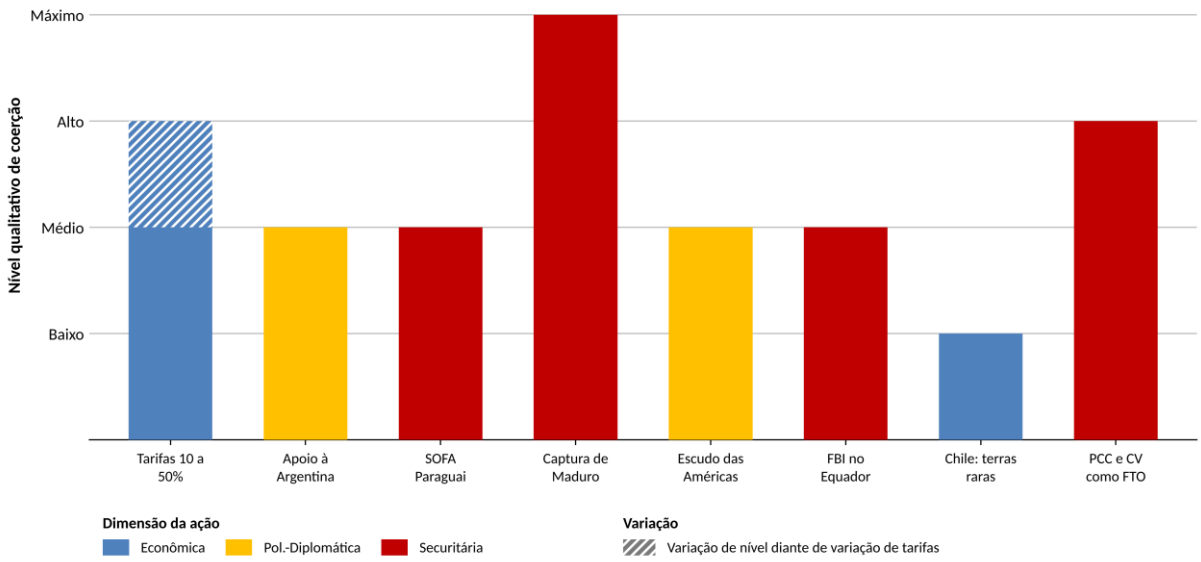
Ação	Dimensão	Período	Índice de coerção	Critério de classificação
Imposição de tarifas de 10 a 50%	Econômica	fev. – ago. 2025	Médio-alto	Coerção econômica que afeta a balança comercial, o orçamento de defesa e a capacidade de importação de insumos. O Estado-alvo pode contornar os impactos buscando novos parceiros, mas isso requer médio ou longo prazo, dependendo da intensidade.
Apoio financeiro à Argentina condicionado ao alinhamento político	Pol.-Diplomática	mar.– out. 2025	Médio	Recompensa seletiva que sinaliza a hierarquia de parceiros, mas cria dependência a médio prazo.

Ação	Dimensão	Período	Índice de coerção	Critério de classificação
Acordo do Estatuto das Forças (SOFA) com o Paraguai	Securitária	dez. 2025	Médio	Acordo consentido, que regulamenta a presença temporária de civis e militares do Pentágono e de representantes de empresas norte-americanas no Paraguai e autoriza entrada de veículos, treinamento e exercícios militares. Cria dependência média, tornando os efeitos da retirada persistentes por médio prazo.
Captura do Presidente da Venezuela (Op. Absolute Resolve)	Securitária	jan. 2026	Máximo	Operação militar que capturou o presidente de território soberano e estabeleceu o precedente máximo de coerção hemisférica. Ação irreversível.
Escudo das Américas	Pol.-Diplomática	mar. 2026	Médio	Cúpula que reorganiza o alinhamento regional. Devido à característica securitária, a sua retirada gera efeitos que persistem por médio prazo.
Instalação do FBI e operações militares conjuntas no Equador	Securitária	mar. 2026	Médio	Troca de informações de inteligência e operações conjuntas próximas à Amazônia, voltadas ao combate ao crime organizado. Devido à característica securitária, a sua retirada gera efeitos que persistem por médio prazo.
Memorando com o Chile para exploração de terras raras	Econômica	abr. 2026	Baixo	Entendimento inicial para ampliar a participação estadunidense nas cadeias de suprimento de minerais críticos. Intenção política inicial, gera pouca dependência no alvo.
Designação do PCC e do CV como Organizações Terroristas Estrangeiras (FTOs)	Securitária	jun. 2026	Alto	Aplica ao caso brasileiro o enquadramento que, na Venezuela, precedeu o uso da força. Os efeitos podem persistir por longo prazo, e a medida abre margem para intervenção futura.

Fonte: Elaboração própria com base em Alonso (2026); Debre (2026); Ricupero (2025); Aguirre Ernst (2026); Chile (2026); León (2026); Curtis (2026); Schelling (1960); Silva; Gomes; Reis (2026); United States (2025a; 2025b; 2025c; 2026a; 2026c; 2026d; 2026e; 2026f); Wilkins (2012).

Por fim, organizaram-se todos os dados de forma gráfica, para que fosse possível observar a tendência não linear de atuação dos Estados Unidos na América do Sul ao longo do recorte temporal escolhido.

Gráfico 1 – Tendência de atuação dos Estados Unidos na América do Sul durante o segundo governo Trump (jan. 2025 – jun. 2026): distribuição por dimensão, ordem cronológica e índice de coerção



Fonte: Elaboração própria com base em Alonso (2026); Debre (2026); Ricupero (2025); Aguirre Ernst (2026); Chile (2026); León (2026); Curtis (2026); Schelling (1960); Silva; Gomes; Reis (2026); United States (2025a; 2025b; 2025c; 2026a; 2026c; 2026d; 2026e; 2026f); Wilkins (2012).

Assim, a dinâmica observada reforça o caráter multidimensional e não linear da atuação estadunidense, cuja intensidade tende a aumentar diante da ausência de alinhamento dos países sul-americanos. Esse padrão é compatível com a lógica declarada em seus documentos de recompensa e ameaça voltada a garantir o acesso do país a recursos estratégicos e a restringi-los a potências rivais.

Identificada essa pressão sistêmica, torna-se necessário relacioná-la ao nível nacional. O indicador de reversibilidade do índice de coerção vincula-se à vulnerabilidade do Estado-alvo: quanto maior sua dependência de recursos externos e sua assimetria em relação à potência coercitiva, maior a possibilidade de persistência dos efeitos da coerção, mesmo após a suspensão da medida, e de condicionamento de seu alinhamento (Schelling, 1960; Walt, 1987). Essa dependência reduz sua margem de autonomia. É, pois, necessário examinar a origem dos recursos de poder brasileiros para identificar as possíveis implicações dessa dinâmica regional para o Fortalecimento do Poder Nacional (ED-1).

3 IMPACTOS DA LÓGICA DE ATUAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA DO SUL PARA A ESTRATÉGIA DE DEFESA DO BRASIL

Para identificar os possíveis impactos da presença multidimensional estadunidense na América do Sul sobre a Estratégia de Defesa brasileira, é necessário analisar a percepção de ameaças do país e a origem de seus recursos materiais de poder. Isso porque a pressão estrutural chega aos Estados pela percepção de ameaças, a qual se coconstitui com os recursos materiais de poder disponíveis. Quanto maior a dependência do ambiente externo para acessá-los, maior a vulnerabilidade do Estado às pressões externas (Walt, 1987; Wilkins, 2012).

De acordo com a Política Nacional de Defesa (PND), a manutenção da Defesa Nacional ("proteção da integridade do território, da soberania e dos interesses nacionais diante de ameaças manifestas ou potenciais, predominantemente externas") ocorre por meio de atitudes, medidas e ações empreendidas pelo Estado, de modo que as diferentes expressões do Poder Nacional estejam devidamente capacitadas para assegurar a consecução dos interesses nacionais (Brasil, 2025a). A PND identifica cinco expressões do Poder Nacional: econômica, militar, psicossocial, política e científico-tecnológica (Brasil, 2025a).

Nesse contexto, o Brasil não define ameaças predeterminadas como referência para sua política de defesa, mas estabelece uma condição permanente a ser alcançada e mantida. Adota, portanto, um planejamento baseado em capacidades, orientado por Objetivos Nacionais de Defesa (OND).

3.1 OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA E BREVE ANÁLISE DOS RECURSOS MATERIAIS DE PODER

O Brasil declara oito Objetivos Nacionais de Defesa (OND), que serão alcançados por diferentes Estratégias de Defesa (ED), que, por sua vez, são compostas por Ações Estratégicas de Defesa (AED). Os oito ONDs declarados são (Brasil, 2025a):

1) Garantir a Soberania, o Patrimônio Nacional, a Integridade e a Inviolabilidade Territorial;
2) Assegurar a Capacidade de Defesa para Viabilizar o cumprimento da Destinação Constitucional das Forças Armadas;
3) Promover o Desenvolvimento Tecnológico e Produtivo na Área de Defesa;
4) Preservar a Coesão e a Unidade Nacionais;
5) Salvaguardar as Pessoas, os Bens, os Recursos e os Interesses Nacionais situados no Exterior;

6) Ampliar o envolvimento da Sociedade Brasileira nos Assuntos de Defesa Nacional;
7) Contribuir para a Estabilidade Regional e para a Paz e a Segurança Internacionais;
8) Contribuir para a Projeção do Brasil no Cenário Internacional e sua Inserção em Processos Decisórios Internacionais.

Da análise dos ONDs, evidencia-se a busca pelo aumento do poder efetivo e pela ampliação da projeção internacional. Nesse sentido, o Brasil adota uma postura orientada ao balanceamento interno, baseada no desenvolvimento de recursos e capacidades próprias (Reisdoerfer, 2025). Dessa orientação decorre a Estratégia de Defesa nº 1 (ED-1), "Fortalecimento do Poder Nacional" (Brasil, 2025a), definida pela Estratégia Nacional de Defesa (END) como o incremento dos meios disponíveis à Nação, incluindo infraestrutura e capital humano, e o aperfeiçoamento dos procedimentos de emprego das expressões do Poder Nacional, com ênfase na militar. A ED-1 é declarada como essencial ao alcance dos Objetivos Nacionais de Defesa nº 1 e nº 8 (Brasil, 2025a).

Sua implementação depende, contudo, da disponibilidade dos recursos materiais que a sustentam. Quando esses recursos dependem do exterior, a margem de atuação independente se reduz e o país pode ficar mais vulnerável a alinhamentos externos. Assim, após identificar as prioridades declaradas pela defesa brasileira, cabe examinar os recursos materiais efetivamente disponíveis. A comparação entre essas duas dimensões permite identificar como a lógica de atuação de Washington, analisada na seção anterior, pode incidir sobre o Brasil.

Para analisar os recursos materiais de poder brasileiros, utilizam-se os indicadores de poder agregado apresentados por Walt (1987) em sua Teoria da Balança de Ameaças: população, capacidade industrial, militar e tecnológica. Esses elementos compõem a capacidade de resposta dos Estados a ameaças e condicionam sua vulnerabilidade às pressões internacionais. Enquanto Walt os trata como indicadores de poder latente, a PND os relaciona às expressões já efetivas do Poder Nacional: econômica, militar, psicossocial, política e científico-tecnológica (Brasil, 2025a). Considerando a necessidade de distinguir a disponibilidade de recursos da capacidade de convertê-los em poder efetivo, esta pesquisa combina as duas abordagens e organiza a análise em três eixos: (i) economia, que reúne capacidade industrial e população e representa a fonte de recursos financeiros; (ii) energia, insumo necessário à conversão de recursos latentes em capacidades civis e militares; e (iii) tecnologia militar, que compreende a aplicação dos recursos tecnológicos à defesa.

No eixo econômico, o comércio exterior brasileiro correspondeu a 35% do PIB em 2025, proporção próxima à da China (38%) e superior à dos Estados Unidos (25%), indicando que o Brasil não é excessivamente dependente do meio internacional. A China foi a principal parceira comercial do Brasil, responsável por 25,5% das importações e 28,7% das exportações, seguida pelos Estados Unidos, com 16,1% e 10,8%, respectivamente (WorldBank, 2026; Brasil, 2026b). Em relação à entrada de divisas pelo Investimento Externo Direto (IED), os Estados Unidos foram a principal origem dos investimentos recebidos em 2024 (US$ 232,8 bilhões), seguidos por França (US$ 69,3 bilhões), Uruguai (US$ 58,4 bilhões) e China (US$ 40,3 bilhões) (BCB, 2025, p. 20). Os investimentos concentraram-se em serviços financeiros e atividades auxiliares (21,7%), extração de petróleo e gás (7,9%) e comércio (7,4%) (BCB, 2025, p. 23).

Embora seja necessário aprofundar a análise sobre o setor de destino final desses investimentos e sobre a capacidade nacional de apropriá-los, há indícios de que sejam insuficientes para o desenvolvimento tecnológico e industrial do país. A participação da indústria de transformação no PIB foi de 10,8% em 2024, o que sugere um esforço ainda insuficiente para construir uma indústria com autonomia tecnológica (IEDI, 2025). Assim, o indicador econômico agregado revela a importância dos Estados Unidos, seguidos da China, como fonte de divisas e sinaliza dificuldades de conversão desses recursos em capacidade econômica e tecnológica própria.

No eixo energético, o Brasil apresenta posição relativamente favorável devido à abundância de recursos naturais. Em 2025, o país foi exportador líquido de energia, com dependência externa de –17%, matriz composta por 49,4% de fontes renováveis e saldo positivo de US$ 31,7 bilhões no comércio de petróleo e derivados (EPE, 2026). Essa condição, entretanto, não elimina vulnerabilidades. Como os preços do petróleo são definidos internacionalmente, oscilações nos mercados globais, inclusive decorrentes de conflitos e sanções, afetam os custos industriais e logísticos brasileiros, com possíveis reflexos no orçamento de defesa e na cadeia produtiva da Base Industrial de Defesa (BID) (Reisdoerfer, 2025). Entre 2016 e 2025, enquanto a produção de petróleo cresceu 49,7%, a capacidade de refino aumentou apenas 1,6%, contribuindo para o crescimento de 15,4% na importação líquida de derivados entre 2024 e 2025 (EPE, 2026; Brasil, 2025b).

Quanto aos minerais críticos e às terras raras, embora detenha a segunda maior reserva mundial, estimada entre 21% e 25% do total, o Brasil responde por apenas 0,15% a 1% da produção global e permanece concentrado na exportação de minério bruto ou concentrado, com participação limitada nas etapas de refino e fabricação de produtos de maior valor agregado

(Landgraf, 2024). O desafio do Brasil está, portanto, em internalizar a tecnologia de refino e transformação, evitando a dependência de potências com sistema produtivo consolidado, como China e Estados Unidos (Santos; Porto Junior, 2026). Isso exige desenvolver tecnologia nacional ou negociar sua transferência. O indicador energético reforça, assim, a tendência de gargalo tecnológico para converter poder latente em efetivo.

Por fim, o eixo tecnológico-militar permite avaliar as capacidades brasileiras por meio da Base Industrial de Defesa (BID) (Brasil, 2026a). Na Força Aérea Brasileira (FAB), destaca-se o programa F-39 Gripen com a empresa sueca Saab, que prevê transferência de tecnologia para a produção e utilização das aeronaves (Brasil, 2025a). Entretanto, o programa sofreu atrasos e aumento de 13% em seu valor, atribuído à falta de previsibilidade orçamentária. Ademais, o motor de origem estadunidense pode submeter o suporte e a eventual exportação das aeronaves à autorização de Washington (Saab, 2025). Essa vulnerabilidade tem precedente no caso do A-29 Super Tucano, cuja venda à Venezuela foi vetada pelos Estados Unidos, em 2006, devido à presença de componentes estadunidenses (Budeguer, 2026).

Na Marinha do Brasil (MB), os quatro submarinos convencionais da Classe Riachuelo integram programa desenvolvido em parceria com a França, que prevê transferência de tecnologia e suporte de manutenção pela Naval Group. Já o submarino nuclear Álvaro Alberto permanece na fase de concepção, com lançamento previsto para 2038. Condicionalidades técnicas impostas pela empresa francesa e demais fornecedores à transferência de tecnologia contribuíram para o aumento dos custos e atrasos do projeto (Ficher, 2026; Brasil, 2026a).

No Exército Brasileiro (EB), a manutenção dos blindados Leopard e Gepard é realizada pela subsidiária brasileira da franco-alemã KNDS, a KMW. Embora o Exército disponha de competência técnica para a manutenção, a tecnologia crítica permanece estrangeira, uma vez que empresas alemãs negaram o fornecimento das especificações técnicas dos componentes (Bastos Jr., 2026). Soma-se a essas dependências a utilização do sistema GPS estadunidense para o posicionamento de aeronaves e vetores militares (IISS, 2026).

A análise dos três indicadores agregados indica preliminarmente que o Brasil não apresenta vulnerabilidade quanto à disponibilidade de recursos materiais. O país não depende fortemente de divisas financeiras externas e dispõe de fontes energéticas e de uma BID relevante. Sua principal vulnerabilidade reside, contudo, na dificuldade de converter esses recursos em poder efetivo de forma autônoma e soberana, ampliando a necessidade de alinhamentos (Reisdoerfer, 2025). Essa lacuna constitui o principal mecanismo pelo qual a lógica de atuação de Washington na América do Sul pode produzir impactos sobre o Brasil.

3.2 POTENCIAIS IMPACTOS PARA A ESTRATÉGIA DE DEFESA DO BRASIL

Sendo o Brasil vulnerável ao alinhamento externo para a construção de capacidades, a atuação coercitiva multidimensional estadunidense na América do Sul pode impactar a ED-1 de Fortalecimento do Poder Nacional de três formas: na escolha de parceiros externos, no acesso aos recursos provenientes dessas parcerias e na destinação de recursos materiais nacionais ao mercado externo. Para sintetizar esses impactos, o Quadro 3 relaciona as ações estadunidenses identificadas na seção 2.2 aos seus efeitos potenciais sobre a ED-1, indicando, em cada caso, quais das suas oito Ações Estratégicas de Defesa (AED) – elencadas abaixo – são afetadas (Brasil, 2025a):

1) AED-1: Desenvolver os setores estratégicos de Defesa: nuclear, cibernético e espacial;
2) AED-2: Contribuir para o incremento do nível de segurança das infraestruturas críticas das seguintes áreas prioritárias: águas, biossegurança e bioproteção, comunicações, defesa, energia, finanças, governo digital, transporte e outras que venham a ser previstas em legislação;
3) AED-3: Aprimorar o Sistema Nacional de Mobilização;
4) AED-4: Coordenar, com os diversos órgãos setoriais da administração pública, o atendimento dos requisitos de infraestruturas de interesse da Defesa;
5) AED-5: Contribuir para o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência;
6) AED-6: Aprimorar a coordenação e cooperação dentro do Setor de Defesa e em nível interministerial;
7) AED-7: Aprimorar as atividades de geoinformação, cartografia, meteorologia e de aerolevantamento em apoio à Defesa Nacional;
8) AED-8: Aprimorar as capacidades de monitoramento, de controle e de apoio à decisão nas áreas de interesse estratégico.

Quadro 3 – Possíveis impactos da atuação estadunidense na América do Sul sobre a ED-1 (continua)

Atuação estadunidense	**Ação Estratégica de Defesa (AED) afetada**	**Potenciais impactos no Fortalecimento do Poder Nacional**
Imposição de tarifas de 10 a 50%	AED-1 AED-2 AED-4	Impacto sobre disponibilidade de divisas financeiras e previsibilidade financeira/orçamentária. A desconfiança levantada quanto à governança financeira do PIX, impacta também a credibilidade da infraestrutura financeira do país. Pode elevar os custos de desenvolvimento tecnológico e abalar a credibilidade do Brasil na busca por novos parceiros.
Apoio financeiro à Argentina condicionado ao alinhamento político	AED-1 AED-2 AED-7 AED-8	Argentina é o principal parceiro econômico regional brasileiro. Possui zona fronteiriça extensa e cooperação nuclear institucionalizada. Condicionar o alinhamento argentino às diretrizes políticas de Washington pode reduzir a probabilidade de parcerias regionais autônomas e o intercâmbio de informações, além de impactar a disponibilidade de divisas financeiras e a segurança das fronteiras brasileiras.
Acordo do Estatuto das Forças (SOFA) com o Paraguai	AED-2 AED-3 AED-8	O Acordo autoriza a presença militar de potência com grande assimetria de poder junto à fronteira brasileira. Exige do Brasil disponibilidade de recursos para acompanhar essa presença em áreas de interesse estratégico.
Captura do Presidente da Venezuela (Op. ABSOLUTE RESOLVE)	AED-1 AED-2 AED-3 AED-4 AED-5 AED-6 AED-8	A intervenção militar em um país fronteiriço torna necessárias a mobilização e a prontidão militar a fim de dissuadir o transbordamento da crise. Essa capacidade depende da disponibilidade orçamentária e financeira e do acesso a tecnologias militares, advindas majoritariamente dos Estados Unidos e de seus aliados.
Escudo das Américas	AED-5 AED-6	A coalizão de potência extrarregional com países fronteiriços contra o crime organizado pode produzir ingerência externa, isolamento político, assimetria informacional devido à

Atuação estadunidense	Ação Estratégica de Defesa (AED) afetada	Potenciais impactos no Fortalecimento do Poder Nacional
	AED-7 AED-8	cooperação de inteligência e fragilidade no monitoramento conjunto de fronteiras, além de abrir precedente para intervenções unilaterais devido à característica transnacional do objeto.
Instalação do FBI e operações militares conjuntas no Equador	AED-5 AED-6 AED-7 AED-8	A presença permanente de agências estadunidenses na região amazônica com o objetivo de combate ao tráfico de drogas materializa e intensifica os possíveis impactos da ação acima.
Memorando com o Chile para exploração de terras raras	AED-2 AED-4	Pode impactar na autonomia brasileira em buscar parceiros que transfiram tecnologia para a transformação dos minerais críticos. Pode impactar na propensão para o desenvolvimento regional conjunto dessas tecnologias. Todavia, se resultar em transferência tecnológica, pode gerar impactos positivos.
Designação do PCC e do CV como Organizações Terroristas Estrangeiras (FTOs)	AED-2 AED-3 AED-4 AED-5 AED-6 AED-8	Pode impactar a autonomia brasileira na execução de políticas de segurança pública, a segurança das fronteiras e a governança financeira (empresas e instituições ficam expostas a sanções estadunidenses devido à possível infiltração dos grupos nelas). Podem, assim, produzir-se fragilidade e perda de credibilidade das instituições nacionais. Ademais, articula narrativa que levou à intervenção militar na Venezuela, impactando a soberania do país.

Fonte: Elaboração própria com base em BBC News (2026); Camargo (2025); Carmini (2026); Chile (2026); US (2026f); FBI (2026); Galão (2026); Léon (2026); Martins da Mota (2025); United States; Paraguai (2026).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar os possíveis impactos da lógica de atuação estadunidense na América do Sul para a Estratégia de Defesa do Brasil nº 1 de Fortalecimento do Poder Nacional, durante o segundo governo Trump. Para isso, foram investigadas as diretrizes declaradas nos documentos norte-americanos e as ações implementadas na região,

relacionando-as aos recursos materiais de poder brasileiros. Propuseram-se uma tipologia e um índice qualitativo preliminares para identificar os instrumentos mobilizados, a lógica de atuação e o tratamento diferenciado dado pelos Estados Unidos a países alinhados e não alinhados. Embora passíveis de aprimoramento, ambos oferecem subsídios metodológicos e empíricos importantes para a ordenação das ações atuais e futuras de Washington.

Os resultados mostram que a atuação estadunidense na América do Sul articula múltiplas dimensões de poder para garantir o acesso a recursos e negá-los a adversários, como a China. A análise das ações entre janeiro de 2025 e junho de 2026 identifica um padrão não linear, baseado na coerção através da lógica de recompensa aos países alinhados e ameaça aos não alinhados. Nesse contexto, a intensificação das disputas com China e Rússia e a delimitação de zonas de influência podem ampliar a valorização estratégica das Américas por Washington e a pressão sobre o Brasil, gerando desafios à sua autonomia.

Identificou-se, ainda, que a narrativa de combate ao narcotráfico e ao terrorismo pode legitimar ações que extrapolam o campo securitário e alcançam dimensões econômicas e políticas, buscando aproximar o Brasil do eixo estadunidense. As tarifas unilaterais sobre os produtos brasileiros não se limitam a uma ação protecionista, mas também buscam restringir as relações brasileiras com a China em setores estratégicos.

A análise dos recursos de poder brasileiros demonstrou que, embora disponha de recursos importantes, o Brasil apresenta vulnerabilidade na capacidade de convertê-los autonomamente em poder efetivo. Esse cenário amplia sua dependência de alinhamentos externos e sua vulnerabilidade à coerção multidimensional estadunidense. Como consequência, o país pode enfrentar restrições ao acesso a recursos estratégicos e à escolha de parceiros, comprometendo a consolidação do Fortalecimento do Poder Nacional (ED-1) como instrumento para alcançar os Objetivos Nacionais de Defesa de "garantir a Soberania, o Patrimônio Nacional, a Integridade e a Inviolabilidade Territorial" e "contribuir para a Projeção brasileira no Cenário Internacional e sua Inserção em Processos Decisórios Internacionais" (Brasil, 2025a). Nesse cenário, o Brasil pode tornar-se mais vulnerável do ponto de vista defensivo e enfrentar dilemas quanto aos custos e benefícios do alinhamento com os Estados Unidos. Se ceder à pressão pelo desacoplamento de países-chave sem desenvolver capacidades próprias ou negociar transferências tecnológicas, poderá apenas substituir uma dependência por outra.

Assim, a ED-1, quando apoiada exclusivamente em Ações Estratégicas de Defesa unilaterais, tende a limitar a capacidade brasileira de negociação e barganha. Como alternativa,

a cooperação econômica, política e securitária sul-americana poderia reduzir vulnerabilidades, ampliando a reversibilidade das ações estadunidenses e fortalecendo o poder de barganha coletivo. Embora extrapole os limites deste estudo, essa possibilidade indica uma agenda relevante para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE ERNST, Mariano. **The 'Trump Corollary' in the US security strategy brings a new focus on Latin America – but it is a disordered plan**. London: Chatham House, 11 dez. 2025. Atualizado em: 13 jan. 2026. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/2025/12/trump-corollary-us-security-strategy-brings-new-focus-latin-america-it-disordered-plan.

ALONSO, Juan Francisco. 4 mudanças ocorridas na Venezuela desde a captura de Maduro. **BBC News Brasil**, [S. l.], 7 fev. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj9rkywz49no. Acesso em: 12 nov. 2026.

ART, Robert J.; CRONIN, Patrick M. (org.). **The United States and coercive diplomacy**. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 2003.

BALDWIN, David A. **Economic statecraft**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de investimento direto 2025**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2025.

BASTOS, E.; LEITE, C. O tarifaço de Trump: organizando fatos e ideias. **Carta de Conjuntura**, [S. l.], n. 67, maio 2025.

BASTOS JR., Paulo Roberto. Exército tenta criar cadeia logística nacional para os Leopard após problemas de suprimentos com os alemães. **Tecnodefesa**, [S. l.], 21 ago. 2026. Disponível em: https://tecnodefesa.com.br/exercito-tenta-a-criar-uma-cadeia-logistica-nacional-para-os-leopard-apos-problemas-de-suprimentos-com-os-alemaes/. Acesso em: 10 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2025a.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Resenha energética brasileira**: edição 2025. Brasília, DF: MME, 2025b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Catálogo de produtos da Base Industrial de Defesa do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2026a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comex Vis**. Brasília, DF: MDIC, 2026b.

BUDEGUER, Noel. EUA impediram o Brasil de vender 24 Super Tucano à Venezuela e expuseram uma dependência incômoda da Embraer, que precisava de autorização de Washington. **Sociedade Militar**, [S. l.], out. 2026. Disponível em: https://www.sociedademilitar.com.br/2026/10/eua-impediram-o-brasil-de-vender-24-super-tucano-a-venezuela-e-expuseram-uma-dependencia-incomoda-da-embraer-que-precisava-de-autorizacao-de-washington-nbd.html. Acesso em: 10 nov. 2026.

BUZAN, Barry. A new cold war? The case for a general concept. **International Politics**, [S. l.], v. 61, p. 239–257, 2024.

CAMARGO, Isadora. Acordo Milei-Trump ameaça presença brasileira na Argentina. **Valor Econômico**, [S. l.], 24 nov. 2025. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/11/24/acordo-milei-trump-ameaca-presenca-brasileira-na-argentina.ghtml. Acesso em: 10 nov. 2026.

CARMINI, Gilson Dantas. Brasil articula integração do Mercosul e Chile para criar uma cadeia regional de minerais críticos. **Prensa Mercosur**, [S. l.], 18 ago. 2026. Disponível em: https://prensamercosur.org/2026/08/18/brasil-articula-integracao-do-mercosul-e-chile-para-criar-uma-cadeia-regional-de-minerais-criticos/. Acesso em: 10 nov. 2026.

CHILE. Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales. **Gobierno de Chile firma acuerdos con Estados Unidos para fortalecer cooperación en minerales críticos y seguridad**. Santiago: Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales, 21 abr. 2026. Disponível em: https://www.subrei.gob.cl/sala-de-prensa/noticias/detalle-noticias/2026/04/21/gobierno-de-chile-firma-acuerdos-con-estados-unidos-para-fortalecer-cooperaci%C3%B3n-en-minerales-cr%C3%ADticos-y-seguridad. Acesso em: 5 nov. 2026.

CURTIS, John. **The US capture of Nicolás Maduro**. London: House of Commons Library, 6 jan. 2026. (Research Briefing, CBP-10452). Disponível em: https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-10452/. Acesso em: 23 nov. 2026.

DAHL, Robert A. The concept of power. **Behavioral Science**, Ann Arbor, v. 2, n. 3, p. 201–215, 1957.

DEBRE, Isabel. US will make up to $7 billion in loans to help Trump ally Milei tap Argentina's oil and minerals. **ABC News**, [S. l.], 2026. Associated Press. Disponível em: https://abcnews.com/Business/wireStory/us-make-7-billion-loans-trump-ally-milei-136706842.

DYSON, Tom. **Neoclassical realism and defence reform in post-Cold War Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Balanço energético nacional 2026**: relatório síntese. Rio de Janeiro: EPE, 2026.

EUA confirmam acordo de US$ 20 bilhões para ajudar Argentina de Milei. **G1**, [S. l.], 9 out. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/10/09/apoio-eua-argentina.ghtml. Acesso em: 23 nov. 2026.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION (FBI). **FBI opens permanent office in Ecuador**. Washington, DC: FBI, 19 mar. 2026. Disponível em: https://www.fbi.gov/news/stories/fbi-opens-permanent-office-in-ecuador.

FICHER, Alison. 3 submarinos, 4 fragatas, 714 blindados, Gripen, KC-390 e submarino nuclear: o que existe dentro do pacote militar de R$ 528 bilhões do Brasil. **Sociedade Militar**, [S. l.], set. 2026. Disponível em: https://www.sociedademilitar.com.br/2026/09/3-submarinos-4-fragatas-714-blindados-gripen-kc-390-e-submarino-nuclear-o-que-existe-dentro-do-pacote-militar-de-r-528-bilhoes-do-brasil-afch.html. Acesso em: 8 nov. 2026.

GALÃO, Fábio. Como a parceria entre Milei e Trump está isolando o governo Lula? **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 ago. 2026. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/como-a-parceria-entre-milei-e-trump-esta-isolando-o-governo-lula/. Acesso em: 8 nov. 2026.

GLASER, Charles L. Fear factor: how to know when you're in a security dilemma. **Foreign Affairs**, [S. l.], v. 103, n. 4, p. 122–128, jul./ago. 2024.

HERZ, Monica. Concepts of security in South America. **International Peacekeeping**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. 598–612, 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Indústria de transformação amplia fatia no PIB, mas juro alto deve tirar o fôlego em 2025, diz Iedi. **IEDI na Imprensa**, São Paulo, 28 mar. 2025. Disponível em: https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2025/iedi_na_imprensa_20250328_industria_de_transformacao_amplia_fatia_no_pib_mas_juro_alto_deve_tirar_o_folego_em_2025_diz_iedi.html. Acesso em: 16 nov. 2026.

LANDGRAF, Fernando José Gomes. Quem quer comprar terras raras? **Valor Econômico**, São Paulo, 13 set. 2024. Disponível em: https://valor.globo.com/opiniao/coluna/quem-quer-comprar-terras-raras.ghtml. Acesso em: 23 nov. 2026.

LEÓN, Lucas Pordeus. Escudo das Américas usa cartéis para barrar China, dizem especialistas. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 24 set. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-09/escudo-das-americas-usa-carteis-para-barrar-china-dizem-especialistas. Acesso em: 8 nov. 2026.

MARTINS DA MOTA, Rui. **Crise EUA–Venezuela de 2025**: guerra furtiva e a reconfiguração da segurança hemisférica. [S. l.]: Escola Superior de Guerra, 2025.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. The case for offshore balancing: a superior U.S. grand strategy. **Foreign Affairs**, [S. l.], v. 95, n. 4, p. 70–83, jul./ago. 2016.

PEDUZZI, Pedro; LABOISSIÈRE, Paula. "O Brasil não cabe no quintal de ninguém", diz Lula em discurso na ONU. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 22 set. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-09/o-brasil-nao-cabe-no-quintal-de-ninguem-diz-lula-na-onu. Acesso em: 6 nov. 2026.

REISDOERFER, Bruna Rohr. Os recursos materiais de poder como condicionantes de ação do Brasil frente à dinâmica das grandes potências. **Análise Estratégica**, [S. l.], v. 36, n. 1, 2025.

RICUPERO, Rubens. Brasil e Estados Unidos em rumo de colisão? **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 17–31, out./dez. 2025.

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. **Neoclassical realist theory of international politics**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SAAB. **Transferência de tecnologia**: Programa Gripen. [S. l.]: Saab, 2025. Folheto.

SANTOS, Júlio Edstron Secundino; PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Mineração Brasil-China: geopolítica dos minerais críticos, terras raras e os desafios para a verticalização industrial. **Campos Neutrais: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 8, n. 2, p. 144–167, 2026. DOI: 10.63595/rcn.v8i2.21427. Disponível em: https://periodicos.furg.br/cn/article/view/21427. Acesso em: 23 nov. 2026.

SCHELLING, Thomas C. **The strategy of conflict**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1960.

SILVA, Bruno Alcebino da; GOMES, Giovanna; REIS, Júlia Almeida. **Tarifas e a integração na América Latina em risco**. [S. l.]: Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil, 23 abr. 2026.

TALIAFERRO, Jeffrey W. State building for future wars: neoclassical realism and the resource-extractive state. **Security Studies**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 464–495, 2006.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The military balance 2026**: the annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: Routledge; IISS, 2026.

TRUMP anuncia nova tarifa global de 15%, após decisão que derrubou taxação anterior. **BBC News Brasil**, [S. l.], 21 fev. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy4wey9wrd0o. Acesso em: 23 nov. 2026.

UCHOA, Pablo. The 'Donroe doctrine': Maduro is the guinea pig for Donald Trump's new world order. **The Conversation**, London, 6 jan. 2026. Disponível em: https://theconversation.com/the-donroe-doctrine-maduro-is-the-guinea-pig-for-donald-trumps-new-world-order-272687.

UNITED STATES. Department of State. **Secretary of State Marco Rubio and Paraguayan Foreign Minister Rubén Ramírez Lezcano at the United States-Paraguay Status of Forces Agreement signing ceremony**. Washington, DC: Department of State, 16 dez. 2025a. Disponível em: https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2025/12/secretary-of-state-marco-rubio-and-paraguayan-foreign-minister-ruben-ramirez-lezcano-at-the-united-states-paraguay-status-of-forces-agreement-signing-ceremony/.

UNITED STATES. Department of State. **Voting practices in the United Nations, 2024**. Washington, DC: Department of State, 11 jul. 2025b.

UNITED STATES. The White House. **National security strategy of the United States of America**. Washington, DC: The White House, dez. 2025c.

UNITED STATES. Department of State. Foreign Terrorist Organization Designation of Primeiro Comando da Capital and Comando Vermelho. Public Notice 13030. **Federal Register**, Washington, DC, 5 jun. 2026a. Disponível em: https://public-inspection.federalregister.gov/2026-11323.pdf. Acesso em: 4 nov. 2026.

UNITED STATES. Department of State. **Terrorist designation of Comando Vermelho and Primeiro Comando da Capital**. Washington, DC: Department of State, 28 maio 2026b.

UNITED STATES. Department of State. **The United States to host the Shield of the Americas Summit**. Washington, DC: Department of State, 6 mar. 2026c. Disponível em: https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/03/the-united-states-to-host-the-shield-of-the-americas-summit/. Acesso em: 27 set. 2026.

UNITED STATES. Department of War. **National defense strategy**. Washington, DC: Department of War, 23 jan. 2026d.

UNITED STATES. The White House. **United States counterterrorism strategy 2026**. Washington, DC: The White House, maio 2026e.

UNITED STATES. US Mission Brazil. **Presidente Trump determina ação da USTR sob a Seção 301 em resposta aos atos, políticas e práticas irrazoáveis do Brasil**. Brasília, DF: US Mission Brazil, 16 jul. 2026f.

UNITED STATES; PARAGUAI. **Status of Forces Agreement between the Government of the United States of America and the Government of the Republic of Paraguay**. Washington, DC: Department of State, 2026. Assinado em 15 dez. 2025. Entrada em vigor em 17 mar. 2026.

WALT, Stephen M. **The origins of alliances**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WARD, Jasper; VOLCOVICI, Valerie. Trump withdraws US from dozens of international and UN entities. **Reuters**, Washington, DC, 7 jan. 2026.

WILKINS, Thomas S. 'Alignment', not 'alliance' – the shifting paradigm of international security cooperation: toward a conceptual taxonomy of alignment. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 53–76, 2012. DOI: 10.1017/S0260210511000209.

WORLD BANK. **Trade (% of GDP): Brazil, United States**. Washington, DC: World Bank, 2026. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS?locations=BR.

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE FERRAMENTAS DE IA

Uso para tradução e aprimoramento linguístico: as autoras declaram que utilizaram a ferramenta OpenIA-ChatGPT exclusivamente como apoio para revisão linguística, correção gramatical, aprimoramento da clareza textual e para tradução da seção ‘resumo’ do manuscrito. O conteúdo científico, as fontes, as análises, as interpretações e as conclusões foram integralmente elaborados, conferidos e validados pelas autoras.